

AUDITORIA INTERNA: UMA FERRAMENTA DE CONTROLE NA ACURACIDADE DOS ESTOQUES

RESUMO

Este artigo tem por objetivo identificar se os trabalhos realizados pela auditoria interna podem ser um controle eficaz na acuracidade dos estoques de um supermercado localizado no Município de Carlos Barbosa/RS. Buscou-se na literatura a fundamentação teórica referente auditoria e auditor interno, controles internos e gestão dos estoques. A metodologia aplicada no estudo foi explicativa e descritiva, com aplicação de um estudo de caso. Objetivando avaliar se os procedimentos adotados pelo sistema de controle interno, quando do exame e avaliação dos controles internos pela auditoria interna, são eficazes e proporcionam segurança razoável aos ativos da empresa estudada. Como resultados, espera-se responder as hipóteses propostas, devido ao estudo, ainda, estar na fase de conclusão.

Palavras-chave: Auditoria interna. Controles internos. Estoques. Inventário. Acuracidade.

1 INTRODUÇÃO

Com o mercado acelerado e o constante aumento da competitividade é imprescindível modernizar e otimizar os trabalhos em todas as áreas de uma empresa, sendo que, a visão dos gestores é ponto chave neste processo.

Em busca da sobrevivência e de melhores resultados, a competência na gestão dos bens é fundamental, pois as contas do ativo da empresa representam a capacidade de gerar benefícios econômicos futuros. Através de uma avaliação correta dos bens é possível analisar a real situação da organização, tendo assim subsídios para a tomada de decisões. Os estoques também configuram parte importante dos ativos. O planejamento adequado na área de logística, acompanhado de um bom controle, pode trazer excelentes benefícios. No entanto nem sempre é dada a devida importância. Muitas vezes, são utilizados procedimentos ineficientes que trazem problemas na acuracidade dos estoques, e conseqüente falha no atendimento e maximização dos custos.

O controle interno é de fundamental importância na gestão dos estoques, pois através deste, planeja-se e criam-se procedimentos que facilitam e tornam mais eficientes as atividades relacionadas à logística, além de buscar sistemas de informações mais adequados e que gerem dados confiáveis para a tomada de decisões. A auditoria interna é a responsável por avaliar a eficácia dos controles internos, ela atua na revisão e aprimoramento dos mesmos, além de verificar se estão sendo efetivamente seguidos, gerando informações contábeis que refletem a realidade de acordo com as normas vigentes.

O presente artigo tem por objetivo avaliar a importância da auditoria interna nos processos de gestão dos estoques em um supermercado localizado no Município de Carlos Barbosa/RS, e identificar possíveis procedimentos que otimizem seu controle. Visa também levantar todos os aspectos relevantes sobre auditoria interna, controles internos e estoques, a fim de obter informações necessárias para avaliar o sistema utilizado e sugerir procedimentos que beneficiem este setor nas organizações.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 AUDITORIA E AUDITOR INTERNO

A auditoria interna é uma área da contabilidade. Segundo Crepaldi (2012, p. 3), pode-se definir auditoria como “o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e demonstrações financeiras de uma entidade”. Ele ainda ensina que a auditoria utilizando-se de testes aplicados aos controles internos pode atuar nas áreas-chaves da organização, maximizando o controle a fim de evitar fraudes.

A auditoria desde seu princípio esteve ligada ao desenvolvimento da contabilidade e ao assessoramento as necessidade dos proprietários no controle do patrimônio, e, ao mesmo tempo confirmar a situação financeira da organização aos investidores. Evidentemente, o auditor tomou outra importância quando instituída a Lei das Sociedades por Ações, e desde então, assim como a contabilidade, a auditoria tem sido uma ferramenta para o controle nas empresas. Attie (2011) ensina:

A veracidade das informações, o correto cumprimento das metas, a aplicação do capital investido de forma lícita e o retorno do investimento foram algumas das preocupações que exigiram a opinião de alguém não ligado aos negócios e que confirmasse de forma independente, a qualidade e precisão das informações prestadas, dando, dessa forma, o ensejo ao aparecimento do auditor (ATTIE, 2011, p. 7).

Crepaldi (2012) afirma que o surgimento da auditoria interna foi imprescindível para os administradores. Com o crescimento dos negócios viu-se a necessidade de ampliar os procedimentos internos. Os donos do capital não conseguiam mais supervisionar todos os setores da organização, era necessário verificar se os controles internos estavam sendo seguidos pelos funcionários. Como o auditor externo tinha um foco apenas na contabilidade se buscou uma revisão mais periódica, que pudesse auditar outras áreas. Crepaldi (2012) diz que, a auditoria interna é os “olhos e ouvidos” da administração.

É o que defendem Franco e Marra (2001), justificando que a auditoria é indispensável, pois traz maior tranquilidade a administração quanto à eficiência dos seus controles internos, aumenta a garantia para os investidores e auxilia o fisco na garantia de aplicação das leis fiscais. Franco e Marra (2001) explicam, ainda que, a auditoria pode ter diversas vertentes, podendo atuar focada administrativamente, contábil, em custos, e nas mais diversas áreas da organização. Nesse sentido, Crepaldi (2012) assevera:

A auditoria interna deve, portanto, assumir uma participação proativa no suporte à gestão empresarial sendo responsável não só por assegurar a qualidade e efetividade da estrutura de controle interno, como, também, por propor recomendações de valor agregado às atividades e aos negócios das empresas (CREPALDI, 2012, p. 51).

O auditor interno, através de suas avaliações pode sugerir melhorias nos controles internos, e em todos os setores e atividades da organização, além de verificar se os trabalhos estão sendo realizados de forma correta e eficiente, diminuindo perdas, retrabalho e até mesmo possíveis erros e fraudes. Crepaldi (2012) afirma que as empresas, atualmente, esperam mais de seus auditores.

O trabalho de auditoria interna é disciplinado pela Norma Brasileira de Contabilidade NBC TI 01. Crepaldi (2012, p.219) explica que, “As normas de auditoria, juntamente com os procedimentos para sua implementação, estabelecem a ordem e a disciplina na realização do trabalho. E, o que é mais importante, a observância dessas normas leva à realização de auditorias completas e objetivas, com resultados e recomendações palpáveis, fundamentos passíveis de serem justificados”.

Consta na NBC TI 01, da Auditoria Interna, no item 12.2.3.1 orientação sobre os procedimentos de auditoria interna, sendo: “os exames, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem ao auditor interno obter provas suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações”.

A Norma, também trata dos documentos utilizados que irão compor os papéis de trabalho, do planejamento e programa de trabalho, entre outros pontos pertinentes. Quanto aos relatórios, conceitua no item (12.3): “O relatório é o instrumento técnico pelo qual o auditor interno comunica os trabalhos realizados, suas conclusões, recomendações e as providências a serem tomadas pela administração”. Deve ser redigido com objetividade e imparcialidade, sendo confidencial e devendo destacar, se importante, as áreas não examinadas.

A NBC PI 01 – dispõe sobre o Profissional Auditor Interno. Os principais dispositivos são: a competência técnico-profissional do auditor, com responsabilidade de manter-se sempre atualizado; o auditor deve preservar sua autonomia profissional; esclarece as responsabilidades do auditor, definindo, que estão limitadas à sua área de atuação; e, que os trabalhos devem ser exercidos por profissionais capacitados.

Além da Norma relativa aos trabalhos de auditoria e a Norma relativa ao profissional auditor interno, ao exercer a atividade de “auditor”, o profissional deve respeitar o Código de Ética Profissional, aprovado pela Resolução CFC nº 803/96 de 10 de outubro de 1996, que tem por objetivo “fixar a forma pela qual se deve conduzir os Profissionais da Contabilidade, quando no exercício profissional e nos assuntos relacionados à profissão e à classe”. Sendo o alvo da auditoria interna a avaliação da eficácia e eficiência dos controles internos, apresenta-se a seguir os principais conceitos e definições.

2.2 CONTROLE INTERNO

O conceito de controle interno é extremamente amplo, isso se deve ao fato dos mesmos estarem relacionados à administração e seus fundamentos. Crepaldi (2012) diz que o controle interno enfatiza o plano organizacional (estrutura organizacional), os sistemas administrativos, as políticas administrativas e a eficiência do pessoal da empresa.

As definições encontradas na literatura, possuem semelhanças quando se referem ao controle interno. O conceito de controle interno aceito mundialmente, e defendido pelo Comitê de Procedimentos de Auditores do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados, AICPA, dos Estados Unidos define que:

O controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotadas pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração. (ATTIE, apud AICPA, 2011, p. 148)

Perez Junior (2013) considera que os controles internos devem possuir os seguintes objetivos: (i) verificar e assegurar os cumprimentos às políticas e normas da companhia; (ii) proteger os ativos da entidade; (iii) assegurar a legitimidade dos passivos da empresa; (iv) registrar adequadamente as diversas operações; (v) prevenir erros e fraudes; (vi) assegurar o processamento correto das transações da empresa; (vii) segregação de funções; (viii) sistema de autorização e aprovação; (ix) contagem física independentes; (x) plano de contas; (xi) conciliações; (xii) manual interno; (xiii) relatórios de desempenho; (xiv) supervisão; e (xv) auditoria interna. Desta forma observa-se como é ampla a atuação dos controles internos na organização.

Os controles internos são divididos em dois tipos, conforme seus objetivos. Segundo Crepaldi (2012, p.423), “os controles contábeis compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos utilizados para salvaguardar o patrimônio e a propriedade dos

itens que o compõem”. Os controles administrativos compreendem o plano de organização e os procedimentos que visam à eficiência às operações, priorizando os registros financeiros e as políticas de negócio da empresa.

Crepaldi (2012, p. 417) afirma que “o ambiente de controle deve demonstrar o grau de comprometimento em todos os níveis da administração com a qualidade do controle interno em seu conjunto”.

Para Perez Junior (2012), o ambiente de controle abrange: comunicação e aplicação de valores éticos, compromisso com a competência, participação dos responsáveis pela governança, filosofia e estilo operacional da administração, estrutura organizacional, atribuição de autoridade e responsabilidade e políticas e práticas de recursos humanos.

A avaliação de riscos visa verificar a relevância dos riscos. Crepaldi (2012) afirma que, esta avaliação vai além da preocupação com a confiabilidade dos dados, sendo importante também para a análise da qualidade dos mesmos. A avaliação de riscos inclui:

- a) a avaliação da probabilidade de sua ocorrência;
- b) a forma como serão gerenciados;
- c) a definição das ações a serem implementadas para prever a sua ocorrência ou minimizar seu potencial; e
- d) a resposta ao risco, indicando a decisão gerencial para mitigar os riscos, a partir de uma abordagem geral e estratégica, considerando as hipóteses de eliminação, redução, aceitação ou compartilhamento (CREPALDI, 2012).

O controle interno efetuado de forma correta traz inúmeros benefícios para as organizações, através dele é possível obter resultados mais eficazes, com menos desperdícios, obtendo, assim, resultados bastante favoráveis. Crepaldi (2012, p. 424) afirma o seguinte: “pode-se entender a importância do controle interno a partir do momento em que se verifica que é ele que, pode garantir a continuidade do fluxo de operações com as quais convivem as empresas”.

Ainda, Attie (2007) assevera que, um sistema de controle interno bem desenvolvido pode incluir o controle orçamentário, custos-padrão, relatórios operacionais periódicos, análises estatísticas, programas de treinamento da pessoa e, inclusive, auditoria interna. O controle interno é à base dos trabalhos do auditor interno. Este deve realizar uma avaliação da eficácia dos controles, pois além de serem importantes para a extensão dos trabalhos, também configura responsabilidade do auditor sugerir melhorias em controles internos que achar necessário. Esse estudo visa avaliar o controle interno existente sobre os estoques de um supermercado. Desse modo, se faz necessário fundamentar a gestão de estoques.

2.3 A GESTÃO DOS ESTOQUES

A gestão de estoques vai além do controle físico e financeiro. Dias (2009, p. 1) afirma que, “o investimento em estoques é importante na medida em que os mesmos funcionam como um lubrificante necessário para a produção e o bom atendimento das vendas”. Martins e Alt (2009) reforçam a importância da gestão dos estoques:

Os estoques têm função de funcionar como reguladores do fluxo de negócios. Como a velocidade com que as mercadorias são recebidas – unidades recebidas por unidade de tempo ou entradas – é usualmente diferente da velocidade com que são utilizadas – unidades consumidas por unidade de tempo ou saídas -, há a necessidade de um estoque, funcionando como um amortecedor (buffer) (MARTINS E ALT, 2009, p. 198).

A falta de uma gestão eficaz de estoques traz diversos problemas, tais como: prazos de entrega de fornecedores altos; compras sem planejamento, o que ocasiona falta de materiais

ou grandes estoques; falta de espaço para armazenamento; perdas e obsolescência em demasia; falta de produtos para vendas; e perda de vendas e consequente perda de clientes.

Os estoques são contabilizados em cinco grandes categorias, conforme ensinam Martins e Alt (2009): estoques de materiais; estoques de produtos em processo; estoques de produtos acabados; estoques em trânsito; estoques em consignação. A correta classificação dos estoques é fundamental para a classificação de custos e para a tomada de decisões.

Para realizar o controle de estoques em uma organização deve-se primeiramente estabelecer alguns pontos importantes; conhecer e classificar adequadamente os estoques existentes na empresa, outros fatores, tais como: demanda de venda, tempo de reposição, campanhas comemorativas, entre outros fatores.

Dias (2009) cita as funções principais para organizar um setor de controle de estoques:

- a) determinar “o que” deve permanecer em estoque: número de itens;
- b) determinar “quando” se deve reabastecer os estoques: periodicidade;
- c) determinar “quanto” de estoque será necessário para um período predeterminado: quantidade de compra;
- d) adicionar o departamento de compras para executar aquisições de estoques: solicitação de compras;
- e) receber, armazenar e guardar os materiais estocados de acordo com as necessidades;
- f) controlar os estoques em termos de quantidade e valor; fornecer informações sobre a posição do estoque;
- g) manter inventários periódicos para avaliação das quantidades e estados dos materiais estocados;
- h) identificar e retirar do estoque os itens obsoletos e danificados (DIAS, 2009, p. 13).

Em 1978, Ronald H. Ballou, um dos mais respeitados gurus da logística, citado por Martins e Alt (2009), afirmou que, em sistemas logísticos, os inventários são mantidos para:

- Melhorar o serviço ao cliente: dando suporte a área de marketing, que ao criar demanda precisa de material disponível para concretizar vendas;
- Economia de escala: os custos são tipicamente menores quando o produto é fabricado continuamente e em quantidades constantes;
- Proteção contra mudanças de preços em tempo de inflação alta: um alto volume de compras minimiza o impacto do aumento de preços pelos fornecedores;
- Proteção contra incertezas na demanda e no tempo de entrega: considera o problema que advém dos sistemas logísticos;
- Proteção contra contingências: proteger a empresa contra greves, incêndios, inundações, instabilidades políticas e outras variáveis exógenas que podem criar problemas (MARTINS e ALT, 2009, p.172).

Uma vez realizado o inventário é possível calcular indicadores, que dão informação de grande relevância na tomada de decisões por parte da administração.

Dias (2009) traz alguns índices significativos para o comportamento do setor de estoques. Porém, afirma que só terão valor se forem analisados em conjunto e dependendo, também, dos índices-padrão segundo os quais poderão ser verificadas possíveis distorções:

- Custo total do estoque (investimento em reais): o quanto, em reais, a empresa tem investido em estoque, e o quanto isso representa em custo, em comparação com o montante das vendas.
- Rotatividade do estoque: a velocidade na venda dos estoques;
- Custo do estoque de segurança: verificar qual o custo para manter este estoque de segurança, relaciona-se ao benefício;
- Materiais sem giro e obsoletos: verifica materiais parados e o quanto representam sobre o capital investido;

- Custos dos estoques de reposição;
- Previsão de consumo;
- Relação de itens críticos: matérias que estejam abaixo do estoque mínimo.

Outro índice muito importante e deve ser analisado é a acurácia dos estoques, que fornece o percentual de itens errados em todos os avaliados.

$$\text{Acurácia} = \frac{\text{Número de itens com registros corretos}}{\text{Número total de itens}}$$

Com controles internos eficazes e indicadores que revelam a realidade da empresa, o trabalho da auditoria interna dos estoques, se torna mais ágil, com resultados em menor tempo.

2.4 AUDITORIA INTERNA DOS ESTOQUES

O planejamento da auditoria a ser realizada especificamente nos estoques é fundamental para determinar os procedimentos a serem aplicados, bem como quem irá realizar os trabalhos, tempo de execução e extensão.

Attie (2007) afirma que o planejamento é realizado em duas etapas. A primeira é planejar a etapa prévia dos trabalhos, onde se cria o escopo dos trabalhos, fixando horas, prazos e distribuindo tarefas. A segunda etapa consiste num planejamento mais minucioso, onde as pessoas designadas planejam em detalhes o programa de auditoria.

Realizado o planejamento e distribuídas às tarefas inicia-se o trabalho de execução das atividades. Attie (2007) ensina que:

A fase de execução do trabalho de campo compreende o conhecimento e a documentação, em papéis de trabalho, dos procedimentos definidos e o contato direto e pessoal com as áreas e os responsáveis. Em outras palavras poder-se-ia afirmar que é “meter a mão na massa”, que deve ser considerada em observância ao efetivamente planejado (ATTIE, 2007, p. 240).

Após realizado o programa de auditoria, se executa os trabalhos, sendo que Attie (2011) apresenta alguns procedimentos a serem seguidos: exame físico, confirmação, documentos originais, cálculos, escrituração, investigação, inquérito, registros auxiliares, correlação e observação. Os mais importante e que merecem maior atenção por parte do auditor são a contagem e física e o cut-off.

Segundo Lisboa (2008) a contagem física é a contagem do estoque para realização do inventário, verificando assim se está sendo feita o correto controle. Para realização deste procedimento é importante tomar algumas precauções, durante a contagem deve ser realizada a paralização das entradas e saídas de produtos.

“O cut-off visa identificar a correta contabilização das transações em seus períodos de competência” é o conceito descrito por Attie (2011, p. 408). Neste momento, confirma-se que todas as notas de entrada e saída de mercadorias, foram adequadamente lançadas, e, portanto, inicia-se a avaliação do ambiente do controle interno. De acordo com Crepaldi (2012):

O bom controle contábil sobre os estoques revela-se por meio de um sistema em que as tarefas de empregados sejam segregadas, de modo a não permitir que os encarregados de controlar os estoques sejam os mesmos responsáveis pelo faturamento de vendas ou lançamento de compras. O sistema contábil deve ser projetado de maneira tal, que o fluxo de dados contábeis se faça paralelamente ao fluxo físico do estoque. Esse não deve ser despachado antes de serem aprovadas as vendas e autorizado o embarque. As faturas de compras não devem ser lançadas nem aprovadas para pagamento até que se verifique se os relatórios de recebimento conferem com os itens faturados. Os inventários são indícios de bom controle, assim

como o são os procedimentos bem definidos para tratamento das transações não rotineiras, tais como venda de sucata ou de circunstâncias tais como falta de estoque. (CREPALDI, 2012, p. 539)

É notória a ligação e dependência existente entre os pontos aqui estudados: auditoria interna, controle interno e estoques. Para o sucesso da organização é fundamental trabalhar integrando os mesmos, cada um com sua parcela de importância.

3 METODOLOGIA

O presente artigo tem como objetivo avaliar os procedimentos utilizados pela auditoria interna nos processos de gestão dos estoques em um supermercado e identificar controles internos que possam ser melhorados e ou implementados. Quanto ao método a ser utilizado na pesquisa será o estudo de caso (Yin, 2010), objetivando demonstrar a realidade apresentada de um supermercado no município de Carlos Barbosa/RS. Devido à escolha do estudo, é necessária a análise detalhada dos procedimentos utilizados para avaliação e controle dos estoques, a fim de apurar a acuracidade das mercadorias em estoque. Quanto à classificação da pesquisa, a mesma é de caráter descritiva buscando-se retratar a realidade dos fatos, sem alterá-los (Vergara, 2008). Também, a pesquisa, pode ser classificada de bibliográfica (Köche, 2010), realizada em livros, manuais e sites acadêmicos, e, documental, pela análise de documentos disponibilizados pela empresa em estudo.

4 RESULTADOS ESPERADOS

O presente estudo tem como principal objetivo realizar auditoria interna nos estoques de um supermercado. O comércio possui um tipo de estoque, que é os produtos acabados, prontos para a venda. Se compararmos as indústrias que possuem matérias-primas, produtos em elaboração e produtos acabados parecem ser relativamente simples fazer o controle dos estoques de um supermercado, mas na realidade é bastante complexo.

No supermercado diariamente recebe-se muito produtos, de diferentes tipos, neste momento já se encontra uma grande complexidade no recebimento. Realiza-se a conferência de todas as mercadorias, verificando-se quantidade e validade dos produtos, sendo que nesta conferência poderão ocorrer muitos erros. Enquanto a mercadoria está no depósito, esperando para ser repostas nas prateleiras pode haver outros fatores que facilmente podem ocasionar problemas nos estoques, produtos quebrados, com o prazo de validade vencido, furtos, danos. Todos esses fatores, se não forem cuidadosamente acompanhados e registrados, certamente representarão diferenças no estoque físico e financeiro, registrado na contabilidade, no final do exercício.

Com as novas ferramentas de controle e fiscalização implantadas pelo Fisco Federal e Estadual, os supermercados devem aumentar sua atenção para seus estoques, isso porque, também lhes será exigido, informações dos estoques no início de cada exercício. A auditoria interna contribui para a redução dos erros através de procedimentos adotados para o controle e avaliação, bem como sugerindo melhorias nos controles internos, se forem necessários.

Portanto, os resultados esperados a partir da realização de uma auditoria interna nos controles internos dos estoques e de suas recomendações, serão possíveis responder as seguintes hipóteses:

- H₂: Empresas que possuem auditoria interna têm maior controle sobre seus estoques, diminuindo desta forma as falhas, tendo um percentual de erro muito menor que as que não possuem.

H₃: Os estoques, com a utilização de algumas ferramentas, podem ser mais facilmente controlados, sendo possível, desta forma um melhor planejamento dos mesmos pelos gestores.

H₄: Um controle eficaz dos estoques acompanhado de um adequado planejamento na área de logística pode trazer melhores resultados para as empresas.

O presente estudo, em fase de conclusão, se justifica pela relevância qualitativa e quantitativa dos estoques em um supermercado, buscando-se na auditoria interna uma ferramenta que avalie periodicamente os controles internos de um supermercado no Município de Carlos Barbosa/RS.

REFERÊNCIAS

ATTIE, William. **Auditoria Interna**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ATTIE, William. **Auditoria: Conceitos e aplicações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CFC, Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC N° 803/96 – **Da auditoria interna**. Disponível em: http://www.ccontabeis.com.br/Normas/002_Normas. Acesso em 23/08/2013.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de Materiais: Princípios, Conceitos e Gestão**. 6. ed. São Paulo: Altas, 2009.

FRANCO, Hilário e MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica: Teoria da Ciência e Iniciação à pesquisa**. 27. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010

LISBOA, Ibraim. **Manual de Auditoria Interna: Conceitos e Práticas para Implementar a Auditoria Interna**. Livro eletrônico. Portal Tributário® Editora e Maph Editora. Lançamento em 11/08/2008.

MARTINS, Petrônio Garcia e ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009

NBC PI 01, **Normas Profissionais do Auditor Interno**. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1995/000781. Acesso em: 31/08/2013.

NBC TI 01 – **Da auditoria Interna**. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2003/000986. Acesso em: 16.09.2013.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez, OLIVEIRA, Luís Martins de e SILVA, Carlos Alberto dos Santos. **Controladoria Estratégica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Auditoria das Demonstrações Contábeis: Normas e Procedimentos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Método de Pesquisa em Administração**. 3º edição. São Paulo, Atlas, 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 4º ed. Trad. Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2010.